

Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo

Versão em 20 de julho de 2011

Motivações, objetivos e reflexões sobre o contexto sociopolítico

A Comissão Organizadora do “Encontro Nacional de Diálogos e Convergências” reuniu-se nos dias 18 e 19 de março, 1º e 2 de junho, 10 e 11 de agosto, 29 de novembro de 2010, 6 de abril e 16 e 17 de maio de 2001, em desdobramento da reunião ampliada da Coordenação Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), realizada nos dias 8 e 9 de dezembro de 2009.

O Encontro deverá ser realizado **entre os dias 26 e 29 de setembro de 2011, em Salvador, Bahia**, e deverá contar com a participação de 260 pessoas.

A realização do encontro é motivada pelas seguintes questões:

Importância política de disputar a leitura da natureza da crise civilizatória vivenciada e as saídas, as alternativas: entrar no debate sobre a crise atual do capitalismo, que coloca a humanidade numa encruzilhada civilizatória, e se manifesta em diversas outras crises: econômica, socioambiental, energética, alimentar. Disputar a leitura significa explicitar as raízes da crise e fazer oposição à ideia de que é “apenas” uma crise financeira, para a qual os agentes do capital vão apresentando as alternativas.

Ofensiva e hegemonia crescentes do agronegócio no Brasil, alijando do debate político e estratégico as propostas da Reforma Agrária e da garantia dos Direitos Territoriais dos Povos e Comunidades Tradicionais; de fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa; e da Agroecologia.

Necessidade estratégica de mostrar mais claramente as experiências que vem sendo construídas pelas organizações da sociedade, seus pontos de vista, dar visibilidade pública aos muitos acúmulos e propostas da sociedade civil organizada para um outro projeto de desenvolvimento para o mundo rural e a agricultura no Brasil.

Importância de fortalecer a capacidade de diálogo das redes da sociedade civil brasileira com a sociedade em geral, buscando superar a situação atual de isolamento social e político.

Contribuir para a reversão da fragmentação do campo democrático e popular hoje no Brasil: perplexidade das organizações no novo contexto sociopolítico, criminalização dos movimentos sociais, baixa capacidade política e operacional das organizações.

Necessidade política de construir convergências juntando as forças da sociedade civil organizada do campo democrático e popular.

O evento é convocado pelas seguintes redes:

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia);

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES);

Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA);

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN);

Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO);

Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV);

Marcha Mundial das Mulheres (MMM);

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

As seguintes “questões de fundo” orientam o diálogo e a construção das convergências: os modelos de desenvolvimento em disputa e o princípio político e metodológico de visibilizar, valorizar e potencializar experiências concretas de resistência como base para a construção de alternativas.

O encontro terá os seguintes objetivos:

fazer a denúncia pública dos impactos do modelo de desenvolvimento atualmente hegemônico para o campo e a agricultura e do apoio do Estado ao avanço desse modelo;

apresentar publicamente as experiências e alternativas que vem sendo construídas pelas redes como fundamento de uma proposta política para a construção de um outro modelo de desenvolvimento;

apresentar ao governo federal as críticas ao atual modelo de desenvolvimento impulsionado pelo Estado, e as propostas do movimento agroecológico para o fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais;

ampliar a construção de articulações locais e avançar na construção de convergências e alianças entre as redes e fóruns envolvidos no diálogo;

dar passos para a construção de um encontro com maior participação de agricultores/as.

A seguir, são pontuadas algumas reflexões desenvolvidas na reunião da comissão organizadora de 29 de novembro de 2010, em relação às perspectivas trazidas pelos resultados das eleições de outubro de 2010, que procuraram ressituar politicamente o encontro no contexto sociopolítico de 2011; e alguns elementos apresentados na reunião dos dias 16 e 17 de maio de 2011.

Reflexões da reunião do dia 29 de novembro de 2010:

- As eleições mostraram um contexto de despolitização da sociedade brasileira, e como estão vivas forças reacionárias e conservadoras, o que é bastante grave do ponto de vista estratégico, da luta política e da organização dos movimentos. As grandes questões da sociedade estiveram ausentes do debate eleitoral. Por outro lado, os movimentos sociais retornaram à cena no segundo turno, e a “questão ambiental” vem sendo mais valorizada pela sociedade, embora de forma difusa;

- Algumas redes assumiram publicamente o apoio à candidatura Dilma no 2º turno das eleições. FBES puxou manifesto que foi assinado, dentre as redes que convocam o encontro de diálogo, pela ANA e pelo FBSSAN. Na RBJA, o debate sobre o apoio à Dilma foi mais controvertido, colocou em confronto posições mais críticas ao governo Lula e à sua continuidade, e outras que acham que existe um espaço importante de negociação. Na RBJA, levantou-se que Dilma teve papel protagonista na liberação dos transgênicos e na implantação de grandes obras.

- 2010 foi um ano positivo para o movimento da economia solidária, quando se conseguiu dar maior visibilidade à economia solidária, pautar o direito ao trabalho associativo e cooperativo, a questão do apoio das políticas públicas às iniciativas de economia solidária. O FBES está construindo a proposta da criação de um Ministério ou Secretaria da Economia Solidária;

- Continua a hegemonia do agronegócio, provavelmente haverá intensificação das políticas desenvolvimentistas (grandes obras previstas no PAC, avanço dos monocultivos) e pouca sensibilidade à questão ambiental por parte do governo;

- Governo Dilma vai dar ênfase à erradicação da pobreza, e isso pode ser uma janela de oportunidade para a Agroecologia. Haverá também maior ênfase na qualidade da educação e na qualificação da gestão na área da saúde.

- Entendendo a crise como algo estrutural, este debate estará presente em 2011, pois os impactos vão sendo cada vez mais sentidos nos territórios, gerando contradições;

- Em 2011, haverá a construção do próximo Plano Plurianual (PPA 2012-2015), é preciso estudar como intervir de forma articulada;

- FBSSAN está apostando no fortalecimento do Consea;
- Vários movimentos e redes se posicionaram a favor de Sílvio Porto para presidência da Conab;
- É preciso ver como os movimentos sociais estão entrando na agenda política e quais são as agendas de convergência;
- Sobre o encontro de diálogo: tem a vocação de promover sinergias entre os movimentos; necessidade de pautar as convergências nos espaços de debate das redes e fóruns; oportunidade para politizar a sociedade, afirmar propostas concretas, indo além da afirmação ideológica; o encontro tem o sentido estratégico de ampliar as capacidades das redes de leitura do contexto sociopolítico, a partir da abertura para ler a realidade sob diferentes pontos de vista, e tem também o potencial de fortalecer os posicionamentos e propostas das redes e a sua expressão pública; tem o papel importante de ajudar a enfrentar os próximos anos.

Reflexões da reunião dos dias 16 e 17 de maio de 2011:

- No início de 2011, o movimento da economia solidária foi surpreendido pela perspectiva colocada pelo governo Dilma de fortalecer a lógica da micro e pequena empresa, colocando a institucionalidade da economia solidária subordinada à um ministério ou secretaria da micro e pequena empresa. Foram realizadas audiências públicas, articulações junto a parlamentares e ao executivo federal para tentar reverter o quadro.
- Há uma forte visão estatista no governo que, ao mesmo tempo que demanda da sociedade uma participação, por exemplo para ouvir a proposta do Plano Brasil Sem Miséria e para participar da construção do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, assume que o Estado deve ter o monopólio da elaboração e execução de políticas, a sociedade é vista como beneficiária, há lógicas de agentes de desenvolvimento para atendimento individualizado às famílias (lógica de clientela). O Estado acaba atuando então como fragmentador de relações sociais e as organizações da sociedade civil ficam cada vez mais marginalizadas e com menos capacidade de pesar na correlação de forças. Por outro lado, parece ganhar força, no governo, a ideia de intersectorialidade.
- Em alguns momentos, o discurso da sustentabilidade, agroecologia e da participação é até utilizado pelo governo, como na Política Nacional de ATER, mas na prática as políticas dificultam imensamente ações inovadoras e participativas.
- É preciso avançar na construção de um novo marco legal de acesso a recursos públicos pelas organizações da sociedade civil, que contemple a perspectiva da sociedade formular e executar ações inovadoras, e não na lógica da terceirização ou do controle social. Há espaços de diálogo sobre o tema na Secretaria Geral da Presidência da República.
- A ANA teve momentos de audiência pública com a ministra do MMA e o ministro do MDA. MMA parece se colocar em posição mais proativa em relação à agroecologia e ao desenvolvimento rural, pautando a formulação de um Plano Nacional de Agroecologia. O MDA demonstra uma construção muito frágil, sem estar claro qual o direcionamento, há pressões em relações às chamadas de ATER, o governo não vai convocar a conferência nacional de ATER. Os cortes no orçamento são bem expressivos, e impactam principalmente esses ministérios mais frágeis. As ações serão muito direcionadas ao Plano Brasil Sem Miséria.
- Na área da saúde, há definições mais claras de gestão estatal de programas, mas também com cortes de recursos. Setores do governo e de outros órgãos públicos da área da saúde tem evitado entrar no debate sobre impactos dos grandes empreendimentos e do modelo agrícola. Existe também uma tecnoburocracia na academia, na área da saúde pública, que tem se afastado cada vez mais dos movimentos sociais.
- Ganhou força em 2011 o debate sobre os agrotóxicos, com as iniciativas tomadas no âmbito da Campanha contra os Agrotóxicos.
- Um outro tema que articulou um campo bastante heterogêneo, teve grande atenção da sociedade e

esteve em pauta na mídia foi o das mudanças propostas no código florestal. Este debate recolocou a questão agrária em pauta, por todas as ameaças que representa e pela ofensiva da bancada ruralista que imaginou que tudo iria passar como um rolo compressor no congresso nacional.

- Emerge, no Brasil, o tema da “economia verde”, com vários grupos econômicos e políticos se posicionando em relação ao tema.

- O Brasil vai sediar, em 2012, a Rio+20, que nos coloca a questão de pensar como construir convergências, inclusive no plano internacional.

Participação

O público previsto inclui: (i) representantes de experiências mapeadas que vão subsidiar os debates, (ii) demais membros das redes, (iii) pessoas de órgãos governamentais identificadas com a agenda do encontro, (iv) pessoas da área de comunicação.

A seguir, uma primeira aproximação da distribuição dos participantes pelas experiências e redes:

Experiências

Experiências territoriais: 3 experiências, 4 pessoas por experiência: 12 pessoas.

Experiências temáticas: 8 temas, 4 experiências por tema, 2 pessoas por experiência: 56 pessoas.

Demais membros das redes: 192 pessoas.

Experiências	Vagas
Territórios (3 territórios, 4 vagas de cada)	12
Temas (7 temas, 4 exp/tema, 2 pessoas/exp)	56
Sub-total	68
Redes	Vagas
ANA	50
FBSSAN	18
FBES	30
RBJA	20
ABRASCO	10
AMB	5
MMM	5
ABA	6
RADV	10
Bahia (comitê local e expressão política local)	16
Comissão Organizadora nacional	12
Pessoas da comunicação	10
Sub-total	192
Total	260

Total de participantes: 260 pessoas.

Este número de pessoas não inclui as pessoas de órgãos governamentais que serão convidados para momentos específicos (plenária final e seminários temáticos).

O GT Mulheres da ANA, em mensagem para a comissão organizadora, fez as seguintes observações: “Um critério que tem orientado a ANA desde o II ENA é a participação de homens e mulheres de forma igualitária em seus eventos, inclusive no II ENA com 1.700 participantes, quase chegamos à meta proposta e levamos à Recife 47% de mulheres. É importante que o Encontro de Diálogos e Convergências mantenha o compromisso firmado em 2006 e reafirmado pela Carta Política do II ENA e garanta a participação de 50% de homens e 50% de mulheres. Sendo assim propomos que das 4 vagas de representantes das experiências territoriais, 2 devem ser preenchidas por homens e 2 por mulheres. Da mesma forma que as experiências temáticas devem indicar 1

homem e 1 mulher por experiência. Em relação às redes recomendamos que observem o mesmo critério de igualdade entre homens e mulheres na participação.”

Diretrizes metodológicas e temas

Introdução:

Para informação junto à militância das redes e à sociedade, foi feita a proposta de escrever um texto curto e objetivo, que apresente a ideia do encontro.

Para subsidiar os debates durante o encontro e no processo preparatório, deve ser realizado um trabalho de identificação/sistematização de experiências concretas, tanto de denúncia e resistência ao atual modelo hegemônico, quanto de superação/construção de alternativas, sobre as quais já se projetem os diferentes olhares das redes em convergência.

Há quatro abordagens possíveis para as experiências inspiradoras do debate:

- A convergência já existente, num mesmo território, de diferentes “olhares” para experiências de denúncia/resistência e construção de alternativas.
- A convergência já existente, sobre determinado tema, de diferentes “olhares” para experiências de denúncia/resistência e construção de alternativas.
- A articulação a ser promovida, num mesmo território, entre experiências de resistência/denúncia e construção de alternativas.
- A articulação a ser promovida entre experiências, sobre determinado tema, de resistência/denúncia e construção de alternativas.

Deve ser feito, pelas redes, um esforço de identificação desses casos emblemáticos / experiências inspiradoras, tendo como referência os territórios e os temas elencados.

As redes já dispõem de ferramentas que vem sendo utilizadas para identificação e mapeamento de experiências. Há o “Agroecologia em Rede” ([HYPERLINK "http://www.agroecologiaemrede.org.br"](http://www.agroecologiaemrede.org.br) www.agroecologiaemrede.org.br), o farejador da economia solidária ([HYPERLINK "http://www.fb.es.org.br/farejador"](http://www.fb.es.org.br/farejador) www.fb.es.org.br/farejador) e o mapeamento da injustiça ambiental e saúde no Brasil ([HYPERLINK "http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br"](http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br) www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br). Outra iniciativa importante é o mapa produzido pela Plataforma BNDES ([HYPERLINK "http://www.plataformabndes.org.br/mapas"](http://www.plataformabndes.org.br/mapas) www.plataformabndes.org.br/mapas).

Pode ser um subsídio importante promover os “cruzamentos” das experiências já identificadas nessas quatro ferramentas disponíveis.

Identificação e Mapeamento de Experiências

Tem sido realizadas reuniões para debater o “inter-mapas”, que é uma integração entre quatro iniciativas de mapeamento: Agroecologia em Rede, Farejador da Economia Solidária, Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, Mapa dos Projetos Apoiados pelo BNDES. Entre os dias 28 e 29 de setembro de 2010, foi realizada uma oficina sobre mapeamento de experiências, da qual participaram pessoas envolvidas com as quatro iniciativas. O relatório dessa oficina pode ser acessado em [HYPERLINK "http://pratoslimpos.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Relatorio-Oficina-Nac-Map-RJ-set10-vf1.pdf"](http://pratoslimpos.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Relatorio-Oficina-Nac-Map-RJ-set10-vf1.pdf) <http://pratoslimpos.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Relatorio-Oficina-Nac-Map-RJ-set10-vf1.pdf>

Daniel, do FBES, está trabalhando na elaboração do inter-mapas. Tem interagido também com outras iniciativas de mapeamento, como por exemplo o mapa das barragens na Amazônia, que podem vir a se somar à iniciativa. A ideia é que sejam definidos, no mapa, os três territórios que

estão em foco para o encontro de diálogo, a partir dos municípios de abrangência das redes locais. A proposta do inter-mapas tem gerado bastante interesse nos debates que vem ocorrendo nas redes, inclusive com a participação de atores de outros países da América Latina, que percebem o seu caráter estratégico, de mostrar os impactos do avanço do modelo sobre os territórios, mas também de explicitar as resistências e as alternativas. O protótipo do inter-mapas pode ser acessado em HYPERLINK "http://www.fbes.org.br/intermapas" www.fbes.org.br/intermapas.

O FBSSAN apresentou a proposta de inserir, no inter-mapas, os indicadores de insegurança alimentar e nutricional, a partir do documento Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e SAN, produzido pelo Consea.

A FASE está mapeando os projetos MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo), que são projetos de mercado de carbono no Brasil, e de projetos REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação). Este mapa pode vir a se integrar ao inter-mapas.

A ANA fez recentemente um esforço, através do trabalho de Flávia Londres e André Toshio, de cadastrar no “Agroecologia em Rede” algumas experiências em Agroecologia, dando preferência para aquelas localizadas nos três territórios em foco.

O inter-mapas é uma ferramenta poderosa para uso nos territórios. A integração entre a escala territorial e a nacional permite evidenciar os atores por trás dos conflitos manifestos nos territórios. Devem ser estimuladas oficinas nos territórios, que utilizem o inter-mapas.

Diálogos e Convergências nos Territórios

De modo geral, a ideia da construção de diálogos e convergências ainda não teve muita repercussão nos territórios, ou seja, as bases sociais dos movimentos não tem se mobilizado e os debates que vem sendo feitos no âmbito nacional não tem repercutido nos territórios. Esta é uma questão importante no processo preparatório do encontro. Como estimular os diálogos e as convergências nos territórios em todas as regiões do país?

A comissão organizadora definiu que seriam realizadas oficinas preparatórias em três territórios, a saber: Agreste da Paraíba; Planalto Serrano de Santa Catarina; e Norte de Minas Gerais. Dois desses casos (Agreste da Paraíba e Planalto Serrano Catarinense) foram objeto de sistematização em artigos publicados na revista agriculturas em número dedicado ao tema da Construção de Territórios Camponeses: HYPERLINK "http://agriculturas.leisa.info" <http://agriculturas.leisa.info>). As três experiências em territórios foram selecionadas por apresentarem acúmulos de experiências em Agroecologia (reflexões já amadurecidas e grande número de famílias envolvidas), já manifestarem convergências entre o enfoque agroecológico, justiça ambiental, soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde ambiental e saúde coletiva, economia solidária e feminismo, e por serem territórios nos quais os diversos “olhares” pudessem ser exercitados.

As três oficinas já foram realizadas. No agreste da Paraíba, entre os dias 14 e 15 de outubro de 2010, no Planalto Serrano de Santa Catarina, nos dias 16 e 17 de novembro de 2010, e no norte de Minas Gerais (região de Montes Claros), nos dias 15 a 17 de março de 2011.

O relato completo e uma síntese das oficinas da Paraíba e de Santa Catarina, bem como algumas apresentações lá feitas, podem ser encontrados em HYPERLINK "http://pratoslimpos.org.br/?page_id=2012" http://pratoslimpos.org.br/?page_id=2012

A seguir, uma socialização e breve avaliação das duas oficinas já realizadas. Abaixo, uma síntese das principais questões levantadas:

Oficina do Agreste da Paraíba:

Houve dificuldades de participação de pessoas das redes que dominassem a agenda nacional dos movimentos. O Pólo da Borborema apresentou o território a partir de diferentes enfoques, com

utilização de vários mapas, o que foi interessante. Houve boa interação em relação ao tema dos agrotóxicos. Sobre segurança alimentar e nutricional e feminismo, não houve muita novidade, pois as questões foram trazidas pelos atores do próprio Pólo da Borborema. Um dos temas de diálogo foi comunicação. Diversas interações entre as agendas das redes foram percebidas e surgiram propostas de agendas convergentes para desdobramentos pós-oficina. A Radioagencianp produziu uma reportagem especial sobre as experiências da região, que podem ser acessadas em HYPERLINK "<http://www.radioagencianp.com.br/especial-polo-de-borborema>"
<http://www.radioagencianp.com.br/especial-polo-de-borborema>.

Oficina do Planalto Serrano de Santa Catarina:

As redes locais que organizaram a oficina territorial não tem concentrado suas ações nos conflitos e nas pressões sobre a agricultura familiar da região. Foi feito um esforço de levantamento de experiências e mobilização para a oficina, e de uma aproximação aos conflitos, com ênfase nos impactos das barragens e no avanço do monocultivo de pinus. No mapa da injustiça ambiental e saúde, há poucos casos relatados na região. O debate sobre soberania e segurança alimentar e nutricional foi bem rico, pois é um enfoque prioritário da ação local, algumas entidades da região participam do Conselho Estadual de Segurança Alimentar (Consea/SC), o tema do mercado institucional (PAA e PNAE) está bem presente na agenda local, e a representação do movimento da segurança alimentar e nutricional presente à oficina participa do fórum e do conselho estaduais de SAN. O debate sobre as mulheres foi muito positivo, porém com pouco tempo. Ficaram evidentes interações com o movimento da economia solidária. Foi feito um debate rápido sobre comunicação, mas há poucas iniciativas locais nesse campo, há um projeto aprovado mas os recursos ainda não foram liberados. Foram dados encaminhamentos para o mapeamento de casos na região para inserção no mapa da injustiça ambiental e saúde. Raquel Júnia, jornalista da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), esteve presente à oficina e produziu duas matérias, que podem ser acessadas em HYPERLINK "<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=445&Destques=1>"
<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=445&Destques=1> e HYPERLINK "<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=444&Destques=1>"
<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=444&Destques=1>.

Oficina do norte de Minas Gerais:

Esta oficina teve maior participação das redes envolvidas, a visita a comunidades foi muito importante para entender o território e se aproximar da realidade. Alguns atores-chave do território, como MST, MPA e CPT, não participaram. Um ponto alto foi o inter-mapas, que é percebido como o lugar mais elaborado para a construção das convergências. Existe um nó metodológico, que ficou claro na oficina, na interação entre a agenda das redes e as dinâmicas nos territórios. O momento de apresentação das redes na oficina ficou extenso e cansativo, com muita apresentação das redes e poucas questões concretas para as convergências locais. Ficou o ensinamento da importância das redes não só enunciarem os princípios que as orientam, mas também apresentar as ferramentas que vem utilizando, pois isso dá mais concretude às convergências. Por outro lado, muitas pessoas puderam conhecer as redes e suas agendas. A oficina evidenciou a complexidade que é construir convergências. Um ponto alto foi o debate sobre comunicação e as matérias produzidas a partir da oficina. Está sendo preparado um relatório. Já foi agendado, pelos atores locais, outro encontro no território para aprofundar os debates levantados na oficina.

Foram produzidas matérias sobre a oficina, pela Agência Pulsar e EPSJV/Fiocruz, que podem ser acessadas em:

HYPERLINK "<http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=7499>;"
<http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=7499>; HYPERLINK
"<http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=7482>"
<http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=7482>;

HYPERLINK "http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=497"
<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=497>; HYPERLINK
"http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=500"
<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=500> e HYPERLINK
"http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=496"
<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=496>.

Será feita uma sistematização desses três casos territoriais, para apresentação no encontro nacional em painel denominado **“Diálogos e Convergências nos Territórios”**. Essas sistematizações devem ser úteis para os territórios (fortalecimento das redes locais, busca de convergências, qualificação da reflexão sobre os territórios), para o encontro (debate sobre o exercício do diálogo no âmbito local, evidenciar as expressões das convergências nos territórios) e para os desdobramentos do encontro (propostas para que iniciativas desse tipo sejam desenvolvidas em outras regiões e sobre temas específicos).

O inter-mapas poderá ser utilizado para apresentação dos territórios.

Foi proposto um grupo para propor uma programação e metodologia para o painel: Paulo, Daniel, Marcelo Firpo e mais duas pessoas de cada território (Selênio/Simone; Álvaro/Leninha; Luciano/Adriana).

No dia 13 de julho, aproveitando a presença de Carlinhos Dayrell e Luciano no Rio de Janeiro, houve uma conversa para elaborar algumas ideias, a serem aprimoradas no grupo mencionado acima e discutidas na comissão organizadora. Segue abaixo uma proposta:

Coordenação do painel: Paulo Petersen e uma companheira indicada pela RBJA

Primeiro momento (30 minutos): uma fala introdutória que levante elementos conceituais sobre território, situando a reflexão sobre as disputas pelos territórios no contexto da globalização capitalista e seus reflexos na construção de políticas públicas. É necessário indicar uma pessoa.

Segundo momento (1h30min): Apresentação dos três territórios (30 min para cada), na seguinte ordem:

- Norte de MG;
- Planalto Serrano de SC;
- Agreste da PB.

Será elaborado um roteiro orientador para as sistematizações de cada território. Responsável: Paulo Petersen. O roteiro deve contemplar as seguintes questões: 1) Linha do tempo de construção do território (história da ocupação; povos; vetores econômicos), com mais detalhes nos últimos 20 anos; 2) Forças de resistência e construção de alternativas presentes nos territórios (relacionadas aos temas da biodiversidade; circuitos locais de comercialização; reafirmação de identidades culturais; lutas e construção sociopolíticas de redes locais, com ênfase nas lutas e organizações das mulheres); 3) Disputas no campo da comunicação (como o outro lado mostra o território; iniciativas de contraponto). As sistematizações devem usar imagens (fotografias, vídeos, reportagens etc). O grupo deve fazer sugestões aos territórios de destaques a serem feitos, a partir da leitura dos relatórios das oficinas.

Terceiro momento: Plenária de “aquecimento”

Quarto momento (tarde): Mesa “Quais são os destaques e desafios apontados para a construção de convergências à luz dos casos territoriais apresentados, das reflexões já explicitadas pela manhã em plenária, e das agendas políticas das redes?”

Participação de uma pessoa de cada uma das seguintes redes: RBJA; Uma pessoa indicada pelos movimentos feministas; FBES; FBSSAN; ANA; Uma pessoa da comunicação

Quinto momento: Debate em grupos (divididos aleatoriamente) para produção de sínteses para a plenária final

- Como os diálogos e convergências (relacionados à identidade e ação política articulada) se expressam nas regiões?
- Quais são as dificuldades, bloqueios e entraves para a construção de convergências?
- Como aprimorar e desenvolver um método de ações convergentes em âmbito nacional enraizados nas dinâmicas dos territórios?

O GT Mulheres da ANA fez a seguinte observação sobre o painel “Diálogos e Convergências nos Territórios”: “deve haver uma debatedora que possa trazer essa leitura da participação e organização das mulheres nos territórios. Indicamos Maria Emília Lisboa Pacheco da FASE/GT Mulheres da ANA/FBSSAN ou Emma Cademartori Siliprandi da Unicamp/ABA/GT Mulheres da ANA”.

Diálogos e Convergências Temáticos

Foram identificados oito temas para organização das discussões durante o encontro e para a construção das convergências entre as agendas políticas das redes e movimentos. São eles:

Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Justiça Ambiental

Mudanças Climáticas: impactos, mecanismos de mercado e a Agroecologia como alternativa

Agroenergia: impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia no mundo rural

Defesa da Saúde Ambiental e Alimentação Saudável e o Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos

Direitos dos/as Agricultores/as, Povos e Comunidades Tradicionais ao Livre Uso da Biodiversidade

Soberania alimentar e Economia Solidária: produção, mercados, consumo e abastecimento alimentar

Participação e auto-organização das mulheres

Conhecimento, informação e poder

Os temas estão elencados abaixo, com suas respectivas questões de aprofundamento. Com exceção do tema “Conhecimento, informação e poder”, estão listadas experiências indicadas para animar os debates.

Para cada tema, devem ser selecionadas três ou quatro experiências, que devem ser sistematizadas de forma que possam expressar acúmulos e pontos de vista sobre aqueles temas, dialogar com as outras experiências, e propor questões para o diálogo e para a construção de convergências entre as agendas das redes.

Para cada tema, foram indicadas comissões de animação, que devem organizar um termo de referência (texto de 4 a 5 páginas que apresente as principais questões em debate e uma proposta para o dia de discussão durante o encontro. Para o tema “Participação e auto-organização das mulheres” o texto pode ter até 10 páginas. A comissão também tem a tarefa de selecionar e contactar as experiências a serem apresentadas, orientar a sistematização, e coordenar os momentos de debate do tema durante o encontro.

As experiências e o debate sobre os temas devem tratar das seguintes questões: O que as experiências tem a dizer sobre o tema? Em que contexto se desenvolvem as experiências? Como se dá o envolvimento e a participação das mulheres? Como é trabalhada a questão da construção do conhecimento e da comunicação? Como as experiências se relacionam com as políticas públicas? Quais são as convergências já em curso e como elas podem ser potencializadas? Em que sentido

devem ser construídas as convergências? Quais são os desafios a serem enfrentados em relação ao tema? Quais as perspectivas e propostas para o país? Quais os nossos compromissos para fortalecer as experiências e enfrentar os desafios?

As experiências devem mostrar claramente como “concretizam” os princípios e questões da agenda política das redes, dialogando com as cartas políticas das redes.

Nos momentos de debate temático, deve haver pessoas de todas as redes participando.

A escolha das experiências deve ser subsidiada por um quadro com informações básicas sobre as experiências. As comissões devem estar atentas para contemplar experiências protagonizadas por mulheres.

A seguir, estão apresentados os temas 1 a 6, que serão objeto de sessões simultâneas de debate durante o encontro, num momento intitulado “Diálogos e Convergências Temáticos”.

Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Justiça Ambiental

Eixos organizadores do debate:

Processos de desterritorialização – avanço das monoculturas, grandes empreendimentos (hidrelétricas, mineração, petroquímica) e mecanismos de mercantilização da natureza

Lutas dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pelos territórios, direitos identitários, culturais e tradições

Direitos territoriais: reforma agrária*, legislação ambiental, gestão e uso coletivo dos territórios, agroecologia, garantia da soberania alimentar

Desafios relacionados ao marco legal (ameaças, retrocessos, lacunas, estratégias de redefinição do marco legal a partir das lutas)

Reconhecimento e proteção da diversidade dos patrimônios culturais expressos nas várias formas de gestão e uso dos bens da natureza, economias locais e agroecologia

* Desconcentração fundiária, limite da propriedade etc

Objetivos do debate sobre o tema no encontro de diálogos:

- Atualizar o debate sobre os vários sentidos e dimensões da luta pela terra e território no contexto de hegemonia do agronegócio e de grandes obras, flexibilização da legislação ambiental e ameaças no campo legislativo

- Identificar nas experiências das manifestações dos conflitos agrários as formas de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento vigente e as alternativas que são construídas na luta por direitos identitários, justiça social e ambiental

- Identificar e construir convergências, estratégias de articulações entre as lutas e ações nos territórios e no âmbito nacional

Proposta metodológica:

4 experiências:

- Campanha contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará

- Dossiê dos Impactos da Vale (Justiça nos Trilhos)

- Territórios quilombolas do Sapê do Norte, Espírito Santo

- Assentamentos rurais na região de Ribeirão Preto, São Paulo

Deve haver uma relatoria que sistematizará os debates para serem incorporados no documento político do Encontro

Será construído um termo de referência por uma comissão que oriente a apresentação das experiências (além de explicitar os objetivos, eixos etc, que tenha sentido de um roteiro – indicação de pontos a serem trazidos pelas experiências, fazer uma descrição de cada experiência)

Apresentação de duas experiências e debate ou das quatro e debate:

- Apresentação: narrativas básicas resumidas (localizar no tempo e no espaço); trazer alguns aspectos pontuados no termo de referência (atores envolvidos, estratégias, relação com academia, estratégias de comunicação, participação das mulheres) – a cada história alguns esclarecimentos. Cada experiência pontua ou conjunto de pontos trazidos pelas 4 experiências (pela pessoa que estimula) – formas de exposição variadas (vídeo, fotos etc).
- Pessoa(s) para estimular/provocar o debate (questões políticas que as experiências trazem, onde se encontram, questões comuns às quatro. Referindo aos eixos estruturadores do debate) -
- Debate (cochicho) – identificar convergências, relatores apresentam síntese no final
- Equipe de relatoria trabalhando desde o início
- Coordenadores: com os relatores apresentam alguns pontos de síntese, propostas, questões para o documento final, apresentação da síntese na plenária final

Elaboração do TR: Carlinhos Dayrell; Maria Emília; Julianna e Tânia. Passar pro grupo para reação. Estar pronto até 25 de agosto.

Cada experiência fazer e socializar, no encontro, a narrativa básica resumida (uma folha, frente e verso) com cópias; experiências indicarem e copiarem material de referência (vídeo, texto, folheto) para no mínimo as 50 ou 60 pessoas. Ver possibilidade de fazer uma edição das narrativas básicas resumidas antes do encontro.

Cada experiência: 1 hora para apresentação e esclarecimentos

3 experiências pela manhã (3h) – 8 às 12h

1 experiência à tarde (1h) – 14 às 15h

Fala(s) de estímulo ao debate (à tarde) – Sérgio Sauer; Maria Emília

Debate (até 19h)

Coordenação: Nívia/Barbosa

Relatoria: Gladstone; Julianna ou outra pessoa da RBJA

Mudanças Climáticas: impactos, mecanismos de mercado e a Agroecologia como alternativa

Foco no debate sobre modelo agrícola, organização do sistema agroalimentar e mudanças climáticas

Crise climática, injustiça climática e falsas soluções

Plano nacional de mudanças climáticas

Serviços ambientais

Papel da Agroecologia – sistemas de maior resiliência, adaptação, retenção de carbono, biodiversidade, aproximação entre a produção e o consumo

Instrumentos de mercado de carbono - Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD)

Desertificação (impactos das mudanças climáticas nos biomas)

“Florestas plantadas” x desertos verdes

Experiências indicadas:

- Caso da Plantar (monocultivo de eucalipto) no Noroeste de Minas Gerais (projeto de MDL, resistência internacional)
- Experiências assessoradas pelo Caatinga (sertão de Pernambuco)
- Caso Juma (REDD), Amazonas (ou outra experiência identificada na Amazônia)
- Experiências de Sistemas Agroflorestais assessoradas pelo Centro Ecológico, no litoral do Rio Grande do Sul

Comissão de Animação: Marcelo (RADV), Fábio (Tijupá/ANA), Maureen (FASE/REBRIP).

Observações: Houve uma reunião, nos dias 5 e 6 de maio, no Rio de Janeiro, com a participação de Maria Emília, Marcelo Calazans, Maureen, Fábio (Tijupá/RAMA), Willians Zorzan (advogado, consultor da Rede Juçara), Ferrari (CTA/ZM), Stefano (IMCA/RS), André (Centro Ecológico do litoral do RS), Paulo Pedro (Caatinga/PE), Luiz Zarref (MST/Via Campesina) e Denis (Secretaria da ANA). Esse grupo está preparando o termo de referência e a proposta para o debate no encontro.

Na reunião, foram levantadas questões do tipo: é possível um projeto agroecológico buscar recursos no mercado de carbono? É uma polêmica que precisa ser debatida. Mas é preciso ter posicionamentos mais contundentes em relação às mudanças climáticas, mercado de carbono e o papel da Agroecologia para enfrentar a crise climática.

Agroenergia: impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia no mundo rural

Foco no debate sobre modelo agrícola e matriz energética

Avanço das monoculturas para produção de energia (termelétricas, siderurgia, agrocombustíveis – biodiesel e etanol)

Papel da Agroecologia – sistemas de maior resiliência, menos dependente de combustíveis fósseis, adaptação, retenção de carbono, biodiversidade, aproximação entre a produção e o consumo

Mostrar como o agronegócio é “energívoro”

Produção e uso descentralizado de energia (fontes alternativas, energias renováveis, produção de óleo e etanol pela agricultura familiar)

Experiências das mulheres na produção e uso descentralizado

Experiências indicadas:

- Identificar uma experiência de impacto negativo de avanço de monocultivos para agrocombustíveis (ideia de convidar Reporter Brasil para apresentar experiência de monitoramento dos agrocombustíveis)
- Produção de Agroenergia Sustentável da CRERAL, Rio Grande do Sul
- Produção de etanol e óleo vegetal pela Cooperbio, Rio Grande do Sul
- Produção de óleo vegetal em assentamentos no Ceará

Outras experiências citadas:

- Produção de óleo vegetal em Montes Claros, Minas Gerais
- Produção de óleo vegetal em Canguçu e região, Rio Grande do Sul
- Identificar experiência na Amazônia

Comissão de Animação: Lúcia Ortiz (Amigos da Terra Brasil/RBJA); Jean Marc e Letícia (Comissão de Agroenergia da ANA); FBES (ver alguém da Unicafe); Cecília (MMM).

Defesa da Saúde Ambiental e Alimentação Saudável e o Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos

Impactos do uso dos agrotóxicos e transgênicos na saúde humana e no ambiente
Direito à não contaminação (trabalhadores das fábricas, agricultores/as e consumidores)
Direito à não contaminação da biodiversidade por transgênicos
Direito à informação (transgênicos, agrotóxicos)
Rotulagem
Políticas de vigilância da saúde (sanitária, epidemiológica, ambiental e de saúde do trabalhador).
Política nacional de saúde dos povos do campo e da floresta
Produção do conhecimento e ética na ciência (conflito de interesse, produção de contra informação e CTNBio)
Benefícios (ou impactos) da agroecologia para a saúde (conceito ampliado)
Agroecologia, alimentação saudável e qualidade do alimento.
Sementes crioulas x transgênicos e agrotóxicos

Experiências indicadas:

- O caso da Chapada do Apodi, Ceará
- O caso de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso
- Defesa das sementes crioulas e o monitoramento da contaminação por milho transgênico no centro sul do Paraná e planalto norte de Santa Catarina
- Campanha de Produção de Alimentos Saudáveis do MMC

Comissão de animação: ABRASCO (Fernando Carneiro), RBJA (Raquel Rigoto), Gabriel (AS-PTA/Campanha Brasil Ecológico livre de Transgênicos e de Agrotóxicos). Sugestões de convite a uma pessoa do MMC (consultar Rosângela) e Larissa Packer (Terra de Direitos).

Sugestões de pessoas a convidar para o debate: Dr. Pedro Serafim (coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos); Regina Miranda e Sílvia Rigon (indicações do FBSSAN). Foram convidadas pessoas da ANVISA (Gerência Geral de Toxicologia).

Proposta do FBSSAN: incluir nos conteúdos a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Sugestão de que a minuta do TDR, em construção, seja socializada com Dulce (dulcet.o.cunha@terra.com.br) e Regina Miranda ([HYPERLINK "mailto:regsilmir@yahoo.com.br" regsilmir@yahoo.com.br](mailto:regsilmir@yahoo.com.br)).

Observação: a proposta deve estar em sintonia com o momento atual de grande mobilização em relação ao tema.

Direitos dos/as Agricultores/as, Povos e Comunidades Tradicionais ao Livre Uso da Biodiversidade

Ameaças relacionadas à apropriação privada da biodiversidade
Marco legal nacional e tratados internacionais: propriedade intelectual *versus* livre uso da agrobiodiversidade
Produção e uso livre das sementes “crioulas”
Plantas medicinais
Extrativismo, Sistemas agroflorestais
Direito dos agricultores: construção do conceito e amplitude

Sistemas agrícolas biodiversos e manutenção de sistemas tradicionais de produção
Direitos dos agricultores ao livre uso da biodiversidade x Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
Tratado da FAO sobre recursos genéticos para alimentação e agricultura (Tirfaa)

Experiências indicadas:

- Cooperativas de Bancos de Sementes Comunitários (Coopabacs) em Alagoas
- Experiência com plantas medicinais indicada pelo GT mulheres da ANA (Articulação Pacari)
- Experiência de Agroextrativismo (preferência no Cerrado)

Outras experiências citadas:

- Sementes crioulas de hortaliças, trabalho desenvolvido pelo MMC na região sul
- Produção de sementes agroecológicas de hortaliças BioNatur, Rio Grande do Sul
- MIQCB

Obs.: há a sugestão de ter como base para o debate sobre esse tema o Estudo sobre Direitos dos Agricultores ao Livre Uso da Biodiversidade feito pelo GT Biodiversidade da ANA, inclusive priorizando as experiências em foco nesse estudo.

Comissão de animação: GT Biodiversidade da ANA (sugestões de Claudia Schmitt, Marciano e Terra de Direitos), GT Mulheres da ANA (indicação de Noemi), Flávia (ABA); FBES; Cazuza (FBSSAN)

Encaminhamento: Denis, Marciano e Noemi chamarem uma reunião por skype para definir melhor o objeto do debate, as experiências e a programação.

Soberania alimentar e Economia Solidária: produção, mercados, consumo e abastecimento alimentar

Soberania e segurança alimentar e nutricional e economia solidária

Organização de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários

Democracia nas relações econômicas, organização política e autogestão

Compras públicas e mercado institucional

Vigilância Sanitária (qualidade dos alimentos, regulação para agricultura familiar, agroindustrialização e mercados)

Circuitos curtos de comercialização e desenvolvimento local

Culturas, hábitos e reeducação alimentar

Sistemas participativos de garantia

Auto-consumo e geração de renda

Produtos da sociobiodiversidade

Artesanato

Propaganda, comunicação, consumo alienado

Política pública (financiamento, fomento, política nacional de abastecimento e de segurança alimentar)

Experiências indicadas:

- Rede Xique-Xique (Rio Grande do Norte)
- Rede Sementes da Paz (organização de consumidores, São Paulo)
- Agroflor (rede de feiras assessoradas pelo Centro Sabiá, PE)
- Ecoterra em Erechim, no Rio Grande do Sul

- ACS Amazônia

Observações: parece que ACS Amazônia está um pouco desmobilizada. No entanto, algumas pessoas da comissão avaliam que é muito importante ter uma experiência da Amazônia; é importante levantar alguns debates nas conferências de SAN que estarão ocorrendo.

Comissão de animação: GT SSAN da ANA (Caê); GT SSAN da ANA/FBSSAN (Vanessa e Julian); FBES (Daniel e Lígia) e FBSSAN (Christiane Costa – HYPERLINK "mailto:chris@polis.org.br" chris@polis.org.br)

A comissão está finalizando uma minuta de Termo de Referência para circular nas redes.

Os dois temas descritos a seguir serão abordados, no encontro, de forma diferente dos outros 6 mencionados acima.

1) Participação e auto-organização das mulheres

A proposta, a ser analisada e detalhada pela comissão temática, é que este tema seja abordado de forma transversal durante o encontro. As comissões de animação dos outros temas deverão levar em conta, para animar as discussões, a mobilização de experiências protagonizadas por mulheres e a questão da participação das mulheres nas demais experiências. Será organizada, no 1º dia do encontro, à tarde, uma oficina sobre o tema, com apresentação de experiências.

Será apresentado teatro sobre o tema, do Polo da Borborema, em algum momento do evento.

Sobre a oficina:

Questões de debate:

Relações de poder

Várias formas de violência

Valorização e valoração do trabalho das mulheres

Acesso aos recursos produtivos e renda

Autonomia política e econômica das mulheres

Auto-organização das mulheres

Participação política e liderança das mulheres

Feminismo

Experiências citadas:

- Rede Xique Xique, Rio Grande do Norte
- Mulheres do MST do Vale do Mucuri, Minas Gerais
- A questão da violência contra as mulheres (MMC)
- Mulheres do Pólo da Borborema, Paraíba
- Movimento Inter-estadual das Quebradeiras de Côco Babaçu

Comissão de animação: GT mulheres da ANA (Maria Emília, Beth e Vanessa); Silvia Camurça (AMB); Nalu Faria (MMM) e Rejane (Rede Xique-Xique/MMM); Graciete (GT Genero do FBES). A comissão se reuniu nos dias 28 e 29 de abril, no Rio de Janeiro, e preparou uma proposta de programação da oficina, a seguir:

- Introdução ao debate

- Depoimentos e apresentação das experiências
- Comentários: Marcha Mundial das Mulheres (Miriam Nobre), Emma Siliprandi, alguém da ANA
- Debate

2) *Conhecimento, informação e poder*

Este tema será trabalhado no encontro nos momentos dedicados ao inter-mapas e à comunicação.

Inter-mapas

O inter-mapas será trabalhado no encontro em quatro momentos.

1º) Estande demonstrativo, com pessoas das redes orientando, para olhar o inter-mapas e os quatro mapas, inserir e indicar novas experiências, tirar dúvidas.

2º) Inter-mapas deve ser uma ferramenta de suporte para apresentação dos três territórios.

3º) No debate sobre reforma agrária, direitos territoriais e justiça ambiental, o inter-mapas deve ser objeto de discussão.

4º) Deve ser organizada, no 4º dia do encontro, uma oficina sobre inter-mapas, pela manhã. Na oficina, devem ser debatidas questões como: sentido político da construção do inter-mapas, para que este seja entendido como uma ferramenta das redes; desenvolvimento técnico da ferramenta; metodologias de uso do inter-mapas nos territórios e das redes “pra fora”; diálogo do inter-mapas com as mobilizações e agendas dos movimentos sociais, como por exemplo a luta dos atingidos pela Vale, Rio+20; financiamento do inter-mapas.

O grupo do inter-mapas irá realizar uma reunião por skype para preparação desses momentos.

Comunicação

No dia 6 de janeiro de 2011, houve uma reunião sobre comunicação, que debateu algumas ideias para o desafio de como comunicar melhor com amplos setores da sociedade e para abordar a questão da comunicação no encontro.

Uma das questões trazidas foi a ideia de construir uma estratégia para pautar os comunicadores e as mídias, sensibilizá-los, cativá-los para as agendas que vem sendo debatidas pelas redes e movimentos e manter temas-chave em pauta. Há muita produção de conteúdo pelas redes, mas é preciso usar uma linguagem mais acessível a amplos setores da sociedade. É preciso investir na mobilização e educação pela informação, garantir continuidade de notícias sobre determinado tema (“segredo da continuidade”).

A comunicação é fundamental para se fazer a disputa pela leitura da natureza da crise. Devemos aproveitar as brechas da grande mídia, que apresenta os impactos do modelo de desenvolvimento hegemônico. Cabe à comunicação engajada mostrar as conexões entre os temas e as notícias, ser objetivo na transmissão dos conteúdos, mas não superficial.

A disputa no campo da comunicação também se dá nos territórios, onde há ofensiva do agronegócio e demais grandes empresas para legimitar suas práticas. Portanto, é preciso fortalecer as estratégias de comunicação dos movimentos e redes nos locais, articulando as pautas locais com as nacionais e criando assim campo mais fértil para os conteúdos produzidos pelas mídias alternativas de abrangência nacional e internacional. Pesquisas de opinião tem indicado que as notícias que despertam mais interesse são aquelas que abordam questões vivenciadas no cotidiano das pessoas e que apresentam propostas e alternativas.

Alguns temas foram elencados pelo grupo reunido como temas de grande sensibilidade social, e

sobre os quais vale investir: saúde; soberania alimentar; crise dos alimentos; alimentação; agrotóxicos; crise ambiental e mudanças climáticas; código florestal; importância da agricultura familiar.

Devemos trabalhar a comunicação para um público difuso, produzindo mensagens curtas sobre vários temas, para sensibilizar e politizar, e trabalhar informação mais dirigida para públicos de interesse (por exemplo, educadores e crianças, profissionais da área da saúde, populações mais atingidas pela crise ambiental, agricultores e agricultoras).

Devemos aproveitar melhor as mídias que foram construídas pelos movimentos: agências de rádio, sites, blog's, revistas, produção autônoma de vídeos, televisão etc, e fortalecer as capacidades das mídias alternativas locais. E também buscar as brechas na grande mídia.

No processo preparatório ao encontro de diálogo e convergências, devemos buscar uma aliança com os movimentos pela democratização da comunicação.

Encaminhamentos:

- Mapear comunicadores de mídias alternativas com as quais as redes já tenham interação, incluindo pessoas dos três territórios em foco, para participarem do encontro ou se envolverem no debate. Há 10 vagas para comunicadores.

- Montar blog e tuíteer do encontro. Estudar se aproveitamos o blog no site do FBES.

No encontro, serão realizadas as seguintes atividades:

- Reunião de auto-organização dos comunicadores para preparar a cobertura do encontro e o debate sobre comunicação, no primeiro dia pela manhã ou no dia anterior.

- Cobertura do evento “pra fora”: produzir releases, organizar uma lista de profissionais de comunicação para os quais enviar releases e notícias produzidas, transformar os temas em sugestões de pautas (organizar um kit para enviar para comunicadores), produzir matérias para divulgação na mídia alternativa, transmissão ao vivo do encontro. Estudar se é interessante coletiva de imprensa, como estava previsto inicialmente.

- Atividades de comunicação “pra dentro”: vídeo-cabine, rádio, varal de notícias etc. ASACom pode contribuir.

- Organizar uma oficina sobre comunicação no 4º dia pela manhã, que coloque em debate democratização da comunicação, direito à comunicação, que faça uma reflexão sobre estratégias de comunicação, discuta como dar sequência aos debates do encontro de diálogos etc. A comissão vai elaborar uma proposta de oficina.

- Pautar a questão da comunicação na plenária final do encontro.

Comissão de comunicação: Raquel Júnia (EPSJV/Fiocruz), Lívia (FASE), Luciana (SASOP), Adriana (AS-PTA). Mônica pode ajudar listando profissionais de comunicação na Bahia.

Programação do Encontro (3ª aproximação):

Horários	1º dia	2º dia	3º dia	4º dia
Manhã (8h30 às 12h30)	- Chegada, acolhida, inscrição e hospedagem	- Abertura do encontro? - Painel “Diálogos e Convergências nos territórios”	Diálogos temáticos - Sessões simultâneas	Espaços simultâneos: - Duas oficinas “Conhecimento, informação e poder” a) Inter-mapas b) Comunicação - Trocas na Mostra de saberes e sabores
Almoço (12h30 às 14h)	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
Tarde (14h às 18h)	- Chegada, acolhida, inscrição e hospedagem - Oficina preparatória “Participação e auto-organização das mulheres” - Montagem da “Mostra de saberes e sabores”	- Painel “Diálogos e Convergências nos territórios” (continuação)	Diálogos temáticos - Sessões simultâneas	- Plenária final - Mesa de encerramento
Jantar (18 às 19h30)	Jantar	Jantar	Jantar	
Noite	Abertura do encontro?	Reuniões de redes Programação cultural (tirar)	- Reunião da equipe de sistematização - Programação cultural	

Observações sobre a programação:

Abertura: a) Mística – reconhecimento da origem geográfica das pessoas e das bandeiras (dar visibilidade para alguns cartazes) – grupo da Bahia organiza a mística; b) Mesa com uma pessoa de cada rede (ou somente uma pessoa da comissão organizadora); uma comitê local; uma do governo da Bahia; fala mais longa de uma pessoa da comissão organizadora (apresentando o encontro)

Os participantes serão estimulados a trazerem materiais para a montagem de uma pequena mostra de saberes e sabores. Espera-se que as pessoas tragam sementes, mudas, alimentos e outros produtos, publicações (cartilhas, livros, vídeos, folhetos etc), banners, fotografias sobre os trabalhos etc. Equipe responsável pela mostra: uma pessoa do comitê local, uma do FBES indicada por Daniel, uma da ANA, uma da RBJA

Nos diversos momentos do encontro, nos debates temáticos e territoriais, as redes devem explicitar as leituras que fazem da conjuntura sociopolítica e as suas agendas estratégicas, de forma que as convergências possam ser identificadas e construídas ao longo do encontro, gerando subsídios para a plenária final produzir propostas e encaminhamentos concretos.

O GT Mulheres da ANA fez a seguinte observação sobre o painel “Diálogos e Convergências nos Territórios”: “deve haver uma debatedora que possa trazer essa leitura da participação e organização das mulheres nos territórios. Indicamos Maria Emília Lisboa Pacheco da FASE/GT Mulheres da ANA/FBSSAN ou Emma Cademartori Siliprandi da Unicamp/ABA/GT Mulheres da ANA”.

Os temas das sessões simultâneas “Diálogo e Convergências Temáticos” são os seguintes:

- Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Justiça Ambiental
- Mudanças Climáticas: impactos, mecanismos de mercado e a Agroecologia como alternativa
- Agroenergia: impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia no mundo rural
- Defesa da Saúde Ambiental e Alimentação Saudável e o Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos
- Direitos dos/as Agricultores/as, Povos e Comunidades Tradicionais ao Livre Uso da Biodiversidade
- Soberania alimentar e Economia Solidária: produção, mercados, consumo e abastecimento alimentar

As sessões devem ser organizadas para contemplar os seguintes momentos: apresentação de experiências (sementes para o debate); apresentação da síntese das principais questões enfrentadas (comentário); debate.

A plenária final do encontro deve ser realizada de 14 às 16h. Haverá leitura compartilhada da carta política e aprovação em plenária, deve ser abordada a questão da relação Sociedade-Estado; Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria Geral, será convidado para receber a carta e reagir (a comissão deve avaliar se outros ministérios devem ser convidados); Haverá um momento da “palavra final” das redes, sobre os sentidos futuros das convergências e engajamento no processo de construção de convergências. Realizar uma mística de encerramento.

Para outros momentos do encontro, devem ser convidadas outras pessoas de órgãos governamentais.

Ao longo da programação, devem ser previstos “momentos pra fora”, de maior visibilidade pública.

Algumas questões já foram elencadas para apresentação pública: Mapa da injustiça ambiental e saúde; Campanha Brasil Ecológico livre de Transgênicos e Agrotóxicos; Depoimentos das experiências.

Comissão organizadora, secretaria operativa, infra-estrutura e finanças

Comissão organizadora e secretaria operativa

A comissão organizadora é composta por representantes da ANA, ABA, FBSSAN, FBES, RBJA, GT saúde e ambiente da ABRASCO, RADV, MMC e representação do comitê local na Bahia.

As secretarias executivas da ANA, FBSSAN, FBES e RBJA, e a representação do comitê local na Bahia, compõem uma secretaria operativa do encontro. Flaviane Canavesi foi contratada pela ANA a partir do dia 18 de julho para apoiar a secretaria operativa.

Esta secretaria tem a tarefa de construir um projeto geral do encontro e um projeto executivo, do qual vão surgindo projetos menores para a busca de apoios específicos.

O comitê local na Bahia tem se reunido.

A companheira Mônica Santana foi contratada para apoiar a produção local do evento e o comitê local da Bahia, e finalizará o seu trabalho em julho de 2011.

Devem ser formadas equipes de trabalho que vão funcionar antes e durante o encontro, com a participação de membros da comissão organizadora nacional, do comitê local e de outras pessoas. Até o momento, foram identificadas as seguintes comissões: alimentação, transporte, hospedagem, secretaria, relatoria e sistematização, mística e animação, programação cultural, comunicação.

Local

O comitê local está negociando hotéis em Salvador, que serão contratados pelo governo do estado da Bahia.

O comitê local na Bahia negociou com o Fórum Estadual de Economia Solidária a prestação dos serviços de alimentação, articulando com os agricultores familiares do estado. No entanto, como o evento vai ter que ser realizado em hotel, não será possível viabilizar.

Foram feitas negociações com a Casa Civil e Secretaria de Relações Institucionais do governo do estado da Bahia, nas quais foi negociado apoio de hospedagem e alimentação, num total de R\$ 150.000,00.

Finanças

O FBES pode aportar R\$ 50.080,00.

Apresentamos projeto no valor de R\$ 50.000,00 para o Fundo Ecumênico de Solidariedade. Tivemos aprovado R\$ 10.000,00.

Dois projetos foram apresentados para a ActionAid, um sobre segurança alimentar e agroenergia, no valor de R\$ 26.000,00, e outro para garantir a participação das mulheres, de R\$ 15.000,00. Parte desse recurso já foi utilizada em atividades preparatórias.

Temos negociado apoio da Dipai/Conab no valor total de R\$ 224.500,00 para o encontro. Duda e Sílvia Porto nos informaram que o apoio solicitado será garantido.

Negociamos com a GGTOX/Anvisa o apoio de 30 passagens, mas acima de 10 só com autorização do ministro.

Foi apresentado à CESE projeto no valor de R\$ 40.000,00.

O GT mulheres da ANA vai articular apoio com a AEGRE/MDA.

RBJA vai estudar a possibilidade de apoiar o encontro.

A SEDR/MMA vai apoiar com 35 passagens aéreas.

A SENAES confirmou apoio de R\$ 17.900,00, nos seguintes itens: Locação de Espaço para plenárias; Locação de equipamentos; Serviços de reprografia; Faixas, banners; Material de escritório. O apoio será via Superintendência da Bahia, e a referência é o Sr. José da Boa Morte, cujos contatos já foram repassados ao comitê local.

Quadro: Panorama dos apoios financeiros ao Encontro:

Fonte apoiadora	Recursos garantidos (R\$)	Apoios solicitados sem resposta
FES	10.000,00	
ActionAid	26.000,00	
FBES	50.080,00	
CESE		40.000,00
SENAES	17.900,00	
Conab	224.500,00	
Governo do estado da Bahia	Hospedagem e alimentação (R\$ 150 mil)	
Ministério da Saúde		
Anvisa		Entre 10 e 30 passagens aéreas
Vice-presidência de Ambiente da Fiocruz		
SEDR/MMA	35 passagens aéreas	
AEGRE/MDA		
Total	R\$ 478.480,00 + 35 passagens aéreas	R\$ 40.000,00 + 10 a 30 passagens aéreas

Anexo 1: Calendário de preparação do encontro

O que	Quem	Até quando	Fonte de Recursos
Elaboração do projeto executivo do encontro com orçamento detalhado	Secretaria Operativa	20 de agosto de 2010	
Oficina sobre mapeamento de experiências	Maria Emília, Paulo, Denis e Vanessa	28 e 29 de setembro de 2010	PDA; Conab
Quadro preenchido com as informações básicas das experiências territoriais e temáticas	Comissões animadoras dos temas		
Ficha de inscrição para o encontro elaborada (com os dados necessários)	Secretaria Operativa		
Elaboração de um documento simples e sintético sobre o encontro	Daniel; Raquel Júnia	31 de janeiro de 2011 (rever prazo)	
Reunião sobre o inter-mapas		5 de janeiro de 2011	
1ª reunião sobre comunicação	Denis; Raquel Júnia	6 de janeiro de 2011	
Reunião ampliada sobre comunicação	Denis; Paulo; Leila	1ª quinzena de abril de 2011 (rever data) – obs.: não foi realizada	
Termo de referência para o Diálogo e Convergências Territoriais	Maria Emília, Paulo, Denis		
Oficina territorial agreste da Paraíba	Paulo, Denis, AS-PTA, Pólo da Borborema	14 e 15 de outubro de 2010	Conab
Oficina territorial Planalto Serrano de Santa Catarina	Maria Emília, Denis, Vianeí, Rede de Agroecologia da Serra Catarinense	16 e 17 de novembro de 2010	PDA; Conab
Oficina territorial do Norte de Minas Gerais	Denis, CAA NM	15 a 17 de março de 2011	Conab; ActionAid
Reunião secretaria operativa	Secretaria Operativa		
Reunião comitê local na Bahia	Comitê local		
Elaboração dos	Comissões	31 de janeiro (1ª	

termos de referência (4 a 5 páginas) temáticos	animadoras de cada tema	aproximação), até final de fevereiro (circula), até 25 de abril (texto pronto para impressão) Rever prazos	
Definição das experiências temáticas a serem apresentadas	Comissões dos temas	30 de setembro (rever prazos)	
Elaboração do termo de referência sobre “Conhecimento, informação e poder” (até 10 páginas)	Comissão (Marcelo Firpo faz a primeira elaboração)	31 de janeiro (1ª aproximação), até final de fevereiro (circula), até 25 de abril (texto pronto para impressão) Rever prazos	
Elaboração do termo de referência sobre “Participação e Auto-organização das mulheres” (até 10 páginas)	Comissão animadora do tema	31 de janeiro (1ª aproximação), até final de fevereiro (circula), até 25 de abril (texto pronto para impressão)	
Reunião da comissão animadora do tema Participação e auto-organização das mulheres	Comissão animadora do tema	28 e 29 de abril de 2011	
Reunião da comissão animadora do tema Mudanças Climáticas	Comissão animadora do tema	5 e 6 de maio de 2011	
Fichas dos participantes chegarem para a secretaria operativa (territórios; experiências temáticas; indicações das redes; pessoas de governo)	Secretaria Operativa; Comissões dos temas; cada rede ou fórum		
Reunião da comissão organizadora	Comissão Organizadora		
Elaboração do caderno do encontro (termos de referência dos diálogos territoriais; textos dos temas; projeto executivo; orientações	Secretaria Operativa		

operacionais)			
Programação do encontro (folheto)	Secretaria Operativa		
Encontro Nacional de Diálogos e Convergências		26 a 29 de setembro de 2011	
Caderno do encontro de diálogo e convergências	Grupo editorial a ser constituído		

Participaram das reuniões: Sílvia Almeida (AS-PTA, núcleo executivo da ANA), Maria Emília Pacheco (FASE, núcleo executivo da ANA, Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - FBSSAN), Denis Monteiro (secretaria executiva da ANA), Daniel Tygel e Lígia Bensadon (Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES), Julianna Malerba (Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA), Marcelo Firpo (RBJA, Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz), Fernando Carneiro (GT Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO), Thiago (GT alimentação e nutrição da ABRASCO), Noemi Krefta (Movimento de Mulheres Camponesas - MMC), Marcelo Calazans (Rede Alerta contra o Deserto Verde), Flávia Charão Marques e Daniela Pacífico (Associação Brasileira de Agroecologia - ABA-Agroecologia), Vanessa Schottz (GT mulheres da ANA, secretaria executiva do FBSSAN), Sirlei Gasparetto (Sasop, comitê organizador local na Bahia), Eugênio Ferrari (CTA-MG, núcleo executivo da ANA), Fábio Pacheco (Tijupá, Rede de Agroecologia do Maranhão), Paulo Petersen (AS-PTA), Carlos Eduardo de Souza Leite-Caê (Sasop, núcleo executivo da ANA e comitê organizador local na Bahia), Mônica Santana (comitê local na Bahia), Flávia Londres (consultora, ANA) e Raquel Júnis (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz, área de comunicação), Lívia Duarte (FASE/Comunicação). A reunião do dia 6 de abril teve a participação somente do pessoal do Rio.

O encontro seria realizado entre os dias 29 de novembro e 2 de dezembro de 2010, mas foi adiado em função da pouca disponibilidade de recursos financeiros e do atraso no cronograma de preparação.

Participaram dessa reunião: Sílvia Almeida e Paulo Petersen (AS-PTA), Denis Monteiro (secretaria executiva da ANA), Cecília Figueiredo (videodocumentarista, CipoCaboclovidéos), Lívia Duarte (Agência Pulsar) e Leila Leal (da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/Fiocruz).

PAGE

PAGE 28